



O inconsciente freudiano na atualidade: um olhar lacaniano

José E. Milmaniene*, Buenos Aires

O autor desenvolve a definição de Lacan acerca do inconsciente estruturado como uma linguagem, para clarear, assim, as diferenças face a outros marcos conceituais que o consideram como um reservatório de fantasias ou de objetos já-dados-aí. As idéias centrais do trabalho giram em torno da diferença entre o inconsciente reprimido e o inconsciente forcluído. O autor se detém nas manifestações desse último, que se expressam atualmente nas chamadas patologias do prazer. Expõe, além disso, diferentes considerações sobre a gênese sócio-cultural da repressão e da forclusão, assim como a recaída pós-moderna em políticas de prazer que dão conta da defecção estrutural da figura simbólica do Pai Morto. Postula que a deficitária função paterna gera uma constituição subjetiva, na qual predominam os retornos, ao Real, do não simbolizado, dada a ausência do significante do Nome do Pai. Desse modo, tenta-se articular a concepção lingüística do inconsciente com a concepção freudiana do trauma enquanto núcleo forclusivo residual irreduzível à metaforização. Finalmente, descrevem-se freqüentes atitudes clínicas que tendem a despoetizar e substancializar a psicanálise, transformando a hermenêutica psicanalítica, de um sentido a ser construído no encontro de dois sujeitos em transferência recíproca, em uma prática de tradução simultânea de sentidos preexistentes.

* Membro da Associação Psicanalítica Argentina.





Introdução

O genial descobrimento de Freud realizado há já um século conserva intactas sua vigência e sua capacidade de gerar novos desenvolvimentos teóricos e clínicos. A fecundidade do conceito de inconsciente verifica-se não só no campo da clínica psicanalítica, mas incide, também, em quase todos os discursos em que o Saber se organiza. Freud não só descobriu um território inexplorado até então, senão que o constituiu como objeto formal de estudo e inventou um método para sua decifração. O inconsciente e suas formações – sintomas, lapsos, sonhos – não apenas adquiriu estatuto teórico formalizado; Freud também desenvolveu um método para seu desvelamento que opera, simultaneamente, como terapia. Inventou um dispositivo que permite, graças à palavra do sujeito em transferência, o conhecimento desse enigmático “outro palco” onde habitam nossos desejos e prazeres mais profundos, que são os que em definitivo determinam o curso de nossa vida, governam nossas escolhas e assinalam nosso destino. O inconsciente freudiano estruturado como uma linguagem articulada na operatória metafórico-metônímica gera um *determinismo fortuito* que, no tempo histórico da ressignificação, rege plenamente a subjetividade. O sujeito é produto do discurso dos Outros significativos de sua infância, e sua existência singular é o produto do (des)encontro dos significantes com os núcleos objetivos de prazer, que operam como objetos causa de desejo. As unidades fantasmáticas que constituem as células do inconsciente são, pois, construções imaginárias precariamente simbolizadas, ancoradas sobre núcleos compactos de prazer. As fantasias freudianas não são mais do que o modo particular de cada sujeito de tentar preencher a abertura que se abisma entre o discurso dos Outros que nos falam e o objeto de prazer que se é para o Outro primordial. O sujeito é, pois, esse produto que surge como resposta ao desencontro entre as palavras da Lei e os prazeres corpóreos gerados pela erotização materna. Isto é, a subjetividade é a brecha mesma que se instala entre os significantes e o gozo, a qual, por meio da identidade, o ego sutura com sua falsa consciência ideológica.

Tornar o inconsciente consciente supõe, para Freud, aceitar em primeira instância essa cisão radical e constitutiva e reconhecer esse espaço vazio e excêntrico que constitui o núcleo de um sujeito que acredita ser o que supõe ser, desconhecendo que é um mediador evanescente e errático entre as palavras do Outro e o gozo, tornando objeto, de seu corpo desejante. Não se trata, então, de um ego que se encontre ameaçado por um inconsciente substancializado, pleno de objetos fantasmáticos, mas do *sujeito do inconsciente*, desgarrado pela tentativa sempre falida de domar suas pulsões e de processar os prazeres opacos à significação. O sujeito é a própria respos-





ta à abertura que chamamos inconsciente e que se situa como um espaço vazio, mas eficaz, que se retesa entre as palavras do Outro e o prazer do corpo. Subjetivar-se mediante a Palavra implica chegar a articular uma liberdade responsável, ali, onde assumimos nossos desejos e os inscrevemos no campo da Lei. O sujeito do inconsciente não é nada mais, então, do que a resposta imaginariamente consistente, produto do trânsito que vai do desejo da Mãe ao Nome-do-Pai.

Vejamos como Zizek (2002) descreve esse efeito de sujeito enquanto resposta à cisão constituinte: *“A psicanálise nos coloca na presença de uma terceira via: a causalidade do encontro traumático, do sujeito exposto à mensagem enigmática sexualizada do Outro, a mensagem que o sujeito busca em vão interiorizar, revelar-lhe o sentido, graças ao que permanece sempre um núcleo duro excessivo, a Coisa interior que resiste a qualquer translação. Definitivamente, se existe algo, algum núcleo duro resistente à simbolização, esse núcleo não é o real imediato do instintual ou de qualquer outra sorte de causalidade, mas sim o real de um encontro traumático inassimilável, de um enigma que resiste à simbolização. Assim sendo, o real não somente não se opõe à liberdade, mas constitui sua condição mesma. O tremendo impacto de ser afetado/‘seduzido’ pela mensagem enigmática do Outro desconstrói o automaton do sujeito, abre um hiato que o sujeito é livre para preencher com seus esforços (em última instância falidos) para simbolizá-lo. A liberdade não é, finalmente, nada mais do que o espaço aberto pelo encontro traumático, o espaço que se deve preencher com suas simbolizações/translações contingentes e inadequadas”*.

O sujeito é, pois, o mediador entre o determinismo dos desejos e as ordens e mandatos interiorizados de seus progenitores e os graus de liberdade que a apropriação e interpretação dessas mensagens cifradas lhe proporcionam. O sujeito tem, assim, tão somente a liberdade de dirigir o jogo enquanto “sabe-fazer-com” o que pretenderam fazer com ele e dele. O inconsciente feito consciente é, portanto, o espaço que se oferece ao sujeito para recuperar sua liberdade, na medida em que se apropria, com suas próprias significações, das mensagens traumáticas procedentes do enigma que o liga ao Abismal desejo materno em sua metaforização sempre fracassada do significante do Nome do Pai. Esse *sujeito do inconsciente* encontrar-se-á cindido entre as palavras do Outro e o gozo de seus objetos corpóreos, marcas e resíduos da primitiva erotização materna e de sua mítica história libidinal.

Assim sendo, esse vazio eficaz que chamamos inconsciente adquire entidade graças aos objetos que o preenchem, gerando-se um limite exterior/interior configurado pelas palavras que aludem a eles sem jamais apreender a vacuidade que se abisma como seu mais além ou seu mais aquém. Os desejos assumidos e reconhecidos como próprios, ao longo de um árduo trabalho de subjetivação, carregam sempre as





marcas dos desejos parentais, transformados e processados, é claro, pela maquinaria edípica, que produz sentidos que entesouram a mais valia fortuita resultante da combinação dos desejos maternos e das palavras paternas. Esse efeito de sentido inédito reconhece sua origem, pois, nas insistências repetitivas dos gozos somados aos graus de liberdade do sujeito, tanto maiores quanto mais seu ego se desenvolve às expensas do id. Quando a identidade pessoal vacila enquanto ficção consistente, o sujeito pode restituí-la graças a uma estruturação sintomática ou caracteropática, ou apelar, então, para o desvelamento que a hermenêutica psicanalítica propõe, para que os desejos que provêm originalmente dos Outros significativos possam ser apropriados pelo sujeito que se constitui nesse mesmo ato. Ao reconhecê-los como próprios e lhes imprimir seu selo pessoal, esses mudam de perspectiva, dado que, agora, o sujeito não é, meramente, falado por eles, mas é capaz de decidir-se por opções suas, as quais hão de incluir, sem dúvida, a história em uma nova narração, feita de repetições com diferença. O relato da gesta do advento do sujeito tende a fixar o inconsciente a esse núcleo duro e inalterável residual que, ainda que perdure, carece já dos efeitos patogênicos geradores de toda formação sintomática ou de todo acting.

A sublimação será o caminho mediante o qual o sujeito poderá forjar “assintomaticamente” sua causa e tramitar simbolicamente seus gozos. O ato criador carrega, assim, a marca das identificações, porém recompostas em uma nova produção que tem uma qualidade “inventiva” e mantém uma distância simbólica adequada das vicissitudes da história edípica. A sublimação possibilita trocar as fantasias originárias em um novo produto criado sobre a base do “outro anterior”, mas que, agora, é o “próprio” interiorizado em uma mesmidade que já reconhece a alteridade como o outro diferente de um si mesmo historicizado através da evocação narrativa da gesta de seu advento. O inconsciente se define e se reduz a um Real contornado pelas palavras que nomeiam seus gozos e suas fixações fetichistas. Em termos de Žižek (2003): “*Sim, mas o desejo de quem? Não o meu. O que encontramos no núcleo mesmo da fantasia é a relação com o desejo do outro, com a sua opacidade: o desejo posto no palco na fantasia, não é o meu, mas sim o desejo do Outro. A fantasia é o modo que o sujeito tem de responder à pergunta sobre que objeto ele mesmo é aos olhos do outro, para o desejo do outro; isto é, o que o Outro vê nele, que papel ele desempenha no desejo do outro. Uma criança, por exemplo, esforça-se por resolver, através de sua fantasia, o enigma do papel que desempenha como ponto médio das interações entre sua mãe e seu pai, o enigma de como mãe e pai travam suas batalhas e acertam suas contas através dela. Em resumo, a fantasia é a prova mais evidente de que o desejo do sujeito é o desejo do outro.*”

Vê-se claramente a que ponto o inconsciente se constitui como esse território ignorado produto do desejo enigmático do Outro e como as fantasias inconscientes





configuram um modo de tramitar e de enfrentar o trauma original que supõe sermos um mero objeto passivo à mercê do gozo do Outro. Mas também se nos oferece a possibilidade de tornarmos conscientes tais desconhecimentos, e o sujeito pode subjetivar-se na liberdade responsável de todo ato criador, que institui um desejo no ato mesmo de fazê-lo próprio. Mas Freud não propicia a apropriação do desejo como ato puro além da ética e da Lei do Pai, ao contrário, diz ao sujeito que conhecer suas determinações inconscientes o torna ainda mais responsável em relação a si mesmo e ao Outro.

O inconsciente reprimido e o forcluído

Entre as contribuições relevantes do pós-freudismo que cooperaram em uma mais sólida formalização do inconsciente, gostaria de mencionar as de Lacan, o qual, mercê de uma rigorosa leitura de Freud, ampliou o horizonte teórico e clínico do inconsciente apelando para importações conceituais de outros campos do saber tais como a lingüística, a antropologia estrutural, a topologia e a filosofia. Assim, aos lúcidos desenvolvimentos de Freud sobre o *inconsciente reprimido* e suas formações evidenciadas nos efeitos transacionais dos retornos do reprimido, Lacan acrescenta suas idéias sobre o que chama de inconsciente forcluído. Do mesmo modo como, no inconsciente reprimido, os mecanismos defensivos se acham constituídos basicamente pela repressão e a desmentida, no inconsciente forcluído o mecanismo que opera é o *repúdio* ou a *forclusão*. Desse modo Lacan sustenta, ao longo de sua obra, que o que *não chega a ser simbolizado retorna no Real e a partir do Real*, isto é, o que não alcança inscrever-se como símbolo devido a uma afirmação primordial, reaparece fora do campo simbólico sob a forma de *alucinações, delírios ou atuações*. Já não se trata, aqui, de suspender repressões para se ter acesso ao inconsciente, mas de reconstruir as repressões que faltam, buscando alcançar que o paciente simbolize seus núcleos objetivos de gozo que permanecem irreduzíveis à metaforização. Maleval desenvolveu didaticamente, em seu livro *A Forclusão do Nome do Pai* (2002), as idéias de Lacan a respeito disso. Lacan sustenta que a abolição do Significante do Nome do Pai, que gera a ausência da operação representada pela Metáfora do Pai – graças à qual o sujeito deixa de ser o falo imaginário do desejo da mãe –, origina um sujeito incapaz de simbolizar o falo e a castração. Isso gera uma desarticulação psicótica da subjetividade e se constitui, assim, um inconsciente forcluído, caído no Real, (des)articulado em metáforas delirantes e alucinações fantasmáticas que evocam restitivamente o Pai sob a forma de Deus nos delírios místicos ou messiânicos. Ou também composto de um universo de objetos bizarros alucinatórios, que tornam pre-





José E. Milmaniene

sentes os órgãos do corpo fragmentado, desagregados por cortes e talhos castratórios que não chegaram a ser simbolizados. Esse mundo obscuro e terrorífico acossa um sujeito que nem sequer chega a se colocar as perguntas existenciais constitutivas da subjetividade enquanto buscas de algum tipo de resposta para a *falta*, dado que a presença excessiva do real não deixa espaço para nenhuma interrogação. Diferentemente da neurose, aqui, a resposta delirante antecipa a pergunta, e o sujeito naufraga na certeza da convicção psicótica, na qual não há brecha possível por onde se filtrar alguma pergunta pelo Desejo do Outro, dado que o sujeito já sabe que o Outro não o Deseja, mas sim o condena a ser um puro objeto inerte de seu Gozo.

Na atualidade, as patologias já não são predominantemente expressão do inconsciente reprimido enquanto padecimento da subjetividade, mas nos aparecem como *patologias do gozo* tal como o desenvolvi em meu livro *O gozo e a Lei* (1995). As patologias do gozo são expressão do inconsciente forcluído e se revelam no tempo pleno do acting, no qual não impera a angústia de uma subjetividade desgarrada e sofredora, mas o gozo pleno de um sujeito destituído pela hegemonia ilimitada de suas pulsões expostas no real. As metáforas, as alusões, as palavras e os discursos são substituídos pela ação pura que desconhece a Lei e o limite ético. O inconsciente forcluído desenvolve-se no Real, e a poética do eixo metafórico/metonímico é substituída pela conduta hedonista do narcisismo tanático, pelo puro gozo masoquista e pela exibição impudica do privado no palco do mundo. As fantasias se realizam, e o universo das fantasias reprimidas é substituído pelas correntes pulsionais expostas sem nenhuma mediação simbólica. No tempo pleno do acting ou da passagem ao ato, reina uma temporalidade maníaca que desconsidera a história, sobre um horizonte narcisista em que o Outro fica reduzido a um mero objeto de gozo. Se o inconsciente reprimido é a condição mesma da subjetividade – desgarrada pela angústia e pela culpa –, o inconsciente forcluído é a condição de um sujeito “egoárquico”, no qual o ego do narcisismo fusionado de modo simbiótico com seus duplos projetados substitui o sujeito cindido do inconsciente. A realidade costuma ser, então, o campo de desdobramento das metáforas delirantes, e quando o Real se adapta plenamente à realidade, torna-se impossível abordar o sujeito em sua problemática existencial – dado que esse (sujeito) “mente realmente com a verdade” – e, assim, se distancia do mundo ficcional. O *cinismo* costuma ser o discurso que tenta dar conta do acting, visto que o sujeito costuma justificar com razões intelectuais, científicas ou acadêmicas seus desvarios psicopáticos.

As contribuições de Lacan sobre o inconsciente forcluído, solidárias com sua teorização do objeto pequeno “a”, causa do desejo e do desejo transcendental de Gozo permitem re-situar toda a clínica psicanalítica. Essa se assenta, então, sobre uma clínica baseada na pulsão de morte, no superego e no masoquismo primordial,





de modo tal que o desvelamento das motivações inconscientes costuma não ser suficiente nas patologias de gozo, já que o sujeito não deseja renunciar a seu sofrimento erotizado, nem admiti-lo. As interpretações devem, pois, acompanhar-se do ato do analista, o qual, enquanto vacilação calculada de sua neutralidade, pode eventualmente resultar em manobra eficaz para propor algum tipo de redução do gozo. É o valor subjetivante do limite como ato ou palavras que “façam ato” que se deve usar como instrumento para admitir o gozo obsceno e poder enfrentar com contundência um sujeito que quer “curar-se” sem renunciar precisamente ao gozo que é o próprio núcleo de seu padecimento. A teorização do inconsciente forcluído e do gozo que lhe é consubstancial permite enfrentar com maiores recursos as já por si mesmas difíceis patologias do gozo, nas quais “o sujeito faz causa com o objeto” do sacrifício, dado que se identifica com o objeto na sua fantasia já não simbolicamente, mas realmente.

As expressões atuais do inconsciente forcluído tendem a universalizar-se e a expressar-se de forma multifária sem se confinar exclusivamente ao campo clínico das psicoses ou às condutas francamente transgressoras. Parece que, na pós-modernidade, a defecção estrutural da Figura do Pai perturba extremamente a subjetivação, e o sujeito circula no limiar do simbólico com o Real. Sem necessidade de recorrer às patologias severas, observamos, hoje, múltiplos signos que delatam essas pontas do real nas quais se insinua o inconsciente forcluído. Enumerarei somente algumas situações a modo de exemplo.

1. Os casais unidos por vínculos de violência, verdadeiros “apegos apaixonados”, nos quais tanto é difícil a convivência, quanto são traumáticas as tentativas de separação. O inconsciente circula entre os dois integrantes da díade, à maneira “moëbiana”, externalizado numa relação que ata os membros do par como se o fizesse “de fora” da subjetividade, alienados ambos no perigoso interjogo configurado por projeções especulares recíprocas, o que se afasta muito de ser a expressão de duas neuroses complementares. Aqui se trata de um sujeito simbioticamente fusionado com o outro, numa relação dual especular cheia de agressividade, de luta mortal em torno do falo positivado como objeto de gozo demasiadamente real. O inconsciente forcluído expressa-se em retornos paranóides e/ou ciumentos que invadem os sujeitos a partir do próprio Real, razão pela qual é difícil tornar conscientes as correntes homossexuais e incestuosas inconscientes que operam nesse palco.

Também os pactos sadomasoquistas consensuais são expressão de um simulacro contratual articulado sobre a fixação compartilhada em torno de objetos fetiche que proporcionam o orgasmo no cúmulo da dor, mais do que sobre fantasias com alto gradiente simbólico.

Do mesmo modo a “mulher espancada” é o produto de uma relação em que os golpes e as pauladas que recebe de seu parceiro operam como a realização material





concreta de fortes fantasias masoquistas que atingem sua consumação, dado que acontecem dissociadamente, como se proviessem de mais além de um outro alienado com quem se sustenta um vínculo cindido e a quem se concedem todas as licenças e todas as absolvições.

2. A pornografia supõe a exposição obscena da sexualidade sem condição erógena e sem qualquer poética que faça o prazer condescender ao desejo, segundo expressa Lacan em relação ao amor (1975). Na pornografia os objetos adquirem um estatuto real, o olhar adere ao olho e nele se acolhe e as palavras à voz, e os gozos se “vêm” na união dos corpos objetivados que “mostram” a libido através dos órgãos sexuais expostos como tais. Trata-se de encontrar na realidade o segredo misterioso do gozo; a ejaculação masculina e o orgasmo feminino se oferecem ao olhar do espectador, que se separa assim de si mesmo, transformando a cisão subjetiva em uma “divisão” real na qual as fantasias exteriorizadas deixam de ser o que há de mais exclusivo e privado para serem reencontradas na “exterioridade” de uma cena primária que encarna projetivamente as fantasias mais regressivas. O sujeito se desapossa de sua interioridade, dado que os objetos de fruição aparecem fora, dissolvendo-se assim toda a latência que os suportes fantasiosos supõem no campo do desejo condenado a sua eterna insatisfação (Milmaniene, 2001).

3. Os núcleos irredutíveis à metaforização próprios dos fanatismos (racismo, xenofobia, anti-semitismo) e os preconceitos sexuais (machismo, feminismo, homofobia, etc.) falam de um inconsciente forcluído, na medida em que o sujeito não conseguiu assumir simbolicamente a castração, que se acha depositada, maciça e realmente, no Outro, que se pretende destruir para sentir-se assim, ilusoriamente, resguardado da mesma.

Os perversos, ao não poderem simbolizar o Falo, dada a desmentida da castração da Mãe, elevam o pênis à categoria de fetiche absoluto. A equação imaginária pênis=Falo não consegue resolver-se, e o sujeito naufraga em práticas de prazer que são a expressão de uma alienação radical do campo simbólico, devido a uma severa desmentida da diferença irredutível entre os sexos. A construção de um universo “unisex” com figuras andróginas comprova o que se disse, na medida em que a realidade se organiza de acordo com uma ordem “real” indiferenciada.

4. As condutas psicopáticas assentadas nas políticas dos actings sustentados costuma ser a expressão de um acentuado déficit na assunção da Lei do Pai e da ética que lhe é substancial. O que atua submete o outro e o manipula como um objeto a serviço de seu gozo narcisista, sem culpa e sem remorso. O *desejo inconsciente* é substituído pela *vontade de Gozo*, o que supõe, em todo acting, a abolição da fórmula da fantasia, enquanto o sujeito se identifica com o outro rebaixado à categoria de objeto degradado.





5. A crescente tendência a se viver à beira do perigo, tal como o evidenciam os chamados esportes de alto risco, levados ao limite de suas próprias normas e regulamentos. O sujeito assume a vertigem intensa que lhe produzem os desafios em que se expõe a própria vida e sustenta que, sem se arriscar uma e outra vez face à ameaça da morte, não atinge nenhuma espécie de entusiasmo. De cima de sua onipotência, cataloga de covarde todo aquele que prefere o prazer de uma vida em que já se convive inevitavelmente com o risco, mesmo sem provocá-lo.

6. Os fundamentalistas e os terroristas que fazem causa com a Causa, pela qual se imolam em sacrifício. A lógica férrea do sacrifício não admite questionamento, e a entrega letal ao Outro do gozo preside práticas em que a morte adquire o estatuto de um ideal. Nenhuma repressão bloqueia a ação pura da pulsão de morte, e o sujeito, como um objeto masoquista, se incorpora ao delírio que o obriga a imolar-se. As ordens insensatas e os mandatos superegóicos que determinam que se goze ferozmente provêm de homens endeusados que elevam seus caprichos à categoria de Lei e que destituem, mediante suas prédicas plenas de ódio forclusivo, a mesma Referência Simbólica em nome da qual dizem falar. A dúvida e a vacilação face ao instante fatal são deslocadas pela convicção de um gozo nirvânico que supõem alcançar somente na morte e após a morte. Previamente a seus atos criminais, costumam filmar seus discursos tanáticos como modo de ratificar provocadoramente, justo antes de morrer, a certeza da verdade que os embarga.

7. A conflituosa relação com a Lei e o crescente desafio frente a ela expressam-se nos maus tratos ao corpo, submetido que é a sofrimentos extremos. Assim se o tatua, corta, escarifica e perfura para marcá-lo com sinais que não são senão marcas reais da castração ativamente procurada e deficitariamente simbolizada no corpo. As cicatrizes e lesões das feridas buscam inscrever realmente símbolos sobre a carne como modo de expressão da rebeldia à ordem sócio-cultural e de ataque à diferença sexual. Busca-se, através da mortificação real do corpo, algum tipo de singularidade escassamente metaforizada, pois se tenta instalar laços sociais mais além das idéias e compromissos ideológico-políticos, laços baseados exclusivamente na comunhão que proporcionam as imagens feitas signos de pertença a subgrupos marginais e contestadores. Também as incessantes e repetidas operações de cirurgia estética constituem expressões do culto ao gozo corporal que tentam, em nome da estética, debilitar a ordem “natural”, mesmo criando corpos (des)articulados sobre zonas fragmentárias recortadas de uma totalidade harmônica. Se o neurótico teme padecer algum tipo de injúria a seu esquema corporal, essas práticas, ao contrário, buscam construir um corpo feito de partes recortadas segundo alguns altos gradientes narcisistas.

8. No campo da arte, observa-se certa tendência à degradação sublimatória e à perda da distância simbólica, mercê de propostas artísticas que buscam elevar obje-





José E. Milmaniene

tos de dejetos anais excrementícios à categoria de obras de arte. É como se o artista quisesse expressar manifestamente a latência contida em toda arte como seu sentido oculto, evitando qualquer procedimento formal de mediação sublimatória. A dessublimação que expõe lixo, expressão de verdadeiros colapsos simbólicos, alude à exposição direta, no Real, da própria Coisa incestuosa. Se o neurótico tende a reprimir suas pulsões para manter aberto o hiato que separa o limite simbólico dos conteúdos edípicos e pulsionais, certas expressões da arte atual pós-moderna tendem a substituir o objeto sublime que aluda à Coisa por objetos abjetos que dizem Tudo, desarticulando o meio-dizer alusivo, condição da discursividade humana.

O inconsciente e seus modos de expressão

O inconsciente reprimido, tradicionalmente, expressa-se através de uma subjetividade desgarrada entre a Lei infiltrada de mandatos superegóicos que ordenam gozar e os desejos bloqueados ou inibidos devido a uma forte imaginação incestuosa dos mesmos. O sujeito padece na solidão a dor de uma existência trespassada pela insatisfação e encontra em seus sintomas neuróticos formas mediadoras de descarga de suas pulsões. As fantasias neuróticas tornam-se ainda mais reprimidas devido a sua proximidade com os conflitos edípicos e à escassa distância simbólica que mantêm com os objetos incestuosos. O desgarramento subjetivo retesa-se ao máximo, já que o sujeito se encontra preso entre as falsas opções, ou de se submeter de modo masoquista a uma lei superegóica, ou de, ao contrário, atuar desejos que supõem imaginariamente a consumação incestuosa. Confrontado com esses dilemas insolúveis, o neurótico opta pelo gozo auto-erótico que a passividade abstinente lhe proporciona. E quando atua, o faz através do acting maníaco que o leva a transgredir e expiar com castigos a culpa de condutas altamente desafiantes e, portanto, arriscadas. Em vez de buscar a ação libertadora do ato genuíno, que não recebe nenhuma sanção quanto à legitimidade simbólica de suas motivações, transgredir e realiza precisamente “isso” que não se deve fazer. Contudo, deve logo enfrentar as consequências de sua atuação frente ao sadismo impiedoso de um superego que, casualmente, ordena que se faça o que ele mesmo proíbe. Essa dialética da culpa e da expiação através do castigo instala-se porque proporciona o duplo gozo de transgredir e logo padecer a culpa por isso, reduplicação erotizada que é difícil dialetizar.

Mas seja como for, as patologias da subjetividade centram-se no padecimento de um sujeito que sempre faz recair a castração de seu lado e que derrama o sofrimento sobre si mesmo. A operatória psicanalítica é possível, visto que o sujeito se queixa ao Outro das causas de seu padecimento, Outro a quem ouve, após lhe expor um





discurso em cujos interstícios se filtram as expressões do retorno do reprimido. O eixo transferencial encontra-se preservado dentro do campo simbólico, e os sintomas neuróticos e as interpretações circulam num dispositivo que serve de desdobramento a um renovado Pacto com a Palavra .

O neurótico desenvolve seu drama, produto da dor de existir, visto que não encontra a “causa” que lhe dê sentido à vida nos limites da ordem sócio-cultural e não costuma precipitar-se no palco do real, salvo, é claro, durante atuações fugazes, às quais os escrúpulos e o temor põem rápido freio, mas que, apesar de tudo, costumam eternizar-se em uma culpa que nunca se cancela.

No entanto, os dramas neuróticos, passíveis de influência psicanalítica, foram perdendo proeminência a favor do incremento das patologias do gozo. Nessas últimas, os núcleos não simbolizados da subjetividade a favor de uma figura paterna ausente que não impôs a Lei retornam no e desde o Real sob dois estilos que podemos categorizar do modo que segue.

a. A atitude *narcisista-histérica da queixa*, que implica em atribuir ao Outro a causa de todas as desgraças e a quem se pede a solução reparadora dos problemas não resolvidos. O sujeito se exime de assumir a parte que lhe cabe na desdita que o assola e se regozija narcisistamente com o prazer que a queixa lhe proporciona. A passividade desloca toda ação transformadora, e quem adota essa posição prefere que as coisas persistam em sua opacidade inerte e estática para poder permanecer ancorado na queixa e no ressentimento. A fantasia latente que preside essas posições subjetivas consiste em que supõem que somente eles teriam sido capazes de restabelecer a ordem justa e equilibrada do universo, se lhes tivesse sido dada a oportunidade de que a vida os privou. A inflexão narcisista é preservada, pois, em função de que o sujeito se crê uma vítima inerme de circunstâncias que ele ignora ter contribuído a plasmar.

b. A atitude paranóide, que supõe ser o mundo o produto de uma conspiração gestada por um suposto agente paranóide ao qual se atribui uma existência real enquanto Outro do Outro. Essa atitude deriva no *cinismo*, já que se descrê da ficção e se lê a realidade “como se” fosse totalmente Real; assim como na *desconfiança*, dado que se supõe que tudo é efeito de algum ignoto agente que conspira nas sombras, culpável de todas as calamidades.

Tanto a posição paranóide quanto a narcisista-histérica implicam algum tipo de restituição, no real, do colapso simbólico, cujos efeitos se verificam enquanto o sujeito projeta no “exterior” de sua subjetividade as próprias determinações inconscientes que o embarçam.





José E. Milmaniene

Sobre o trauma

O inconsciente reprimido organiza-se em torno a um núcleo traumático originário não suscetível de integração nem tramitação simbólica alguma e que persiste residualmente depois de todo o trabalho interpretativo, à semelhança do “umbigo” do sonho de que nos fala Freud. Não se trata, pois, de reparar esse resto opaco à significação, nem de torná-lo mais “tolerável”. Ao contrário, a tarefa consiste em constituí-lo como trauma através das palavras que, enquanto envoltura formal de significações, o confinam em um “lugar” pleno de gozo que, em função de sua essencial imutabilidade, gere precisamente efeitos de mudanças subjetivas. Isto é, trata-se de o sujeito situar-se de um modo existencial diferente frente ao real do gozo absoluto que supõe a confrontação com todo aquele fato traumático, que evoca, com o núcleo de sua radical irreversibilidade, a morte – castração mesma. A ilusão de diluir o trauma, ao esgotá-lo em uma rede cheia de sentido, cai, assim, para emergir o realismo que supõe o ato de apropriar-se de algo inerte e irreduzível, mediante o recurso de incluí-lo em uma nova rede de significações. Essa nova rede simbólica supõe a assunção radical da não integração definitiva do núcleo de gozo forcluído, o qual outorga, paradoxalmente, mais opções ao sujeito. Esgotamos, pois, na análise, os sentidos reprimidos e avançamos nos sobrepondo à impotência em que a neurose nos mergulha, para chegarmos a esse ponto de impossibilidade. Os enunciados que aludem ao real do sexo e da morte poderão, assim, ser assumidos por um sujeito “diferente”, visto que já modificou sua posição subjetiva ao mudar seu lugar de enunciação.

Talvez se trate de contornar os objetos de prazer que configuram esse núcleo traumático abismal com palavras e criações sublimatórias que os confinam em um lugar residual sem maior eficácia clínica sobre o sujeito. Em outros termos, trata-se de tentar o máximo esvaziamento possível do gozo que nos fixa no trauma, para nos situarmos como produtores da *vacuidade do lugar*, o que se constituirá, portanto, como o espaço de desdobramento privilegiado de toda prática simbólica. Se o não simbolizado retorna no real, trata-se, pois, de que o inconsciente forcluído se esgote e perca sua eficácia patogênica graças ao acatamento criativo da memória historicizante e à Lei Paterna que lhe serve de suporte, únicas garantias de que não colapse a ordem sócio-cultural, enquanto se preserva a brecha entre a Coisa incestuosa ausente e os objetos contingentes que a representam. O inconsciente reprimido é o resultado, pois, do vazio de gozo que se produz como resultado da negativização que gera a palavra legislante do Pai, assim como, ao invés, o inconsciente forcluído é produto da ausência do significante do Nome do Pai, o que origina o espaço “demasiadamente real” no qual circulam os objetos de gozo que, desde fora da cena simbólica, aniquilam o sujeito. Assim, em vez de confrontar-se com a falta que aspira à sua plenitude





impossível, o sujeito deve se submeter à tirania dos objetos bizarros alucinatórios, ou naufragar nas vicissitudes do acting em cujo tempo sem tempo *falta a falta*.

É interessante pensar na evolução do processo cultural que distanciou o sujeito do Gozo e das manifestações próprias do inconsciente forcluído com suas expressões de paganismo, sacrifício, promiscuidade e sadismo vingativo. Pode-se pensar que o progresso na espiritualidade, de que nos fala Freud em sua obra *Moisés e o monoteísmo* (1939), e que supôs a passagem do fetichismo idólatra à iconoclastia monoteísta, gerou no mesmo ato o sujeito do inconsciente e seu mundo fantasmático reprimido. A plenitude do real do mundo pagão, infestado de deuses frente aos quais se desdobravam as fantasias atuadas foi substituída pelo altar vazio que continha *o nada* dos símbolos organizados como escritura ao redor do nome do Deus inominável e não figurável, correlativos de uma subjetividade acossada pelo temor e pela culpa. As letras esboçaram o contorno de um espaço sublimatório, o que finalmente é causa e conseqüência de uma maior elaboração das fantasias reprimidas. Graças às Tábuas da Lei, que não representam senão as proibições do incesto e do parricídio, emerge um sujeito que, produto da figura do Pai morto, carrega suas fantasias cindidas, inibido de consumá-las pela culpa interiorizada. Instala-se, assim, no próprio núcleo da subjetividade um *vazio transcendental*, puro lugar que hospeda o “nada”¹ enquanto meras representações significantes, que distam muito do universo forclusivo, inundado de objetos densos tendentes a colapsar esse mesmo vazio que é condição de toda busca desejante.

Na pós-modernidade assistimos a uma recaída “forclusiva” – dada a defecção estrutural da figura do Pai e a degradação da Referência Simbólica absoluta – a qual poderíamos denominar neopagã. Então, o vazio da linguagem enquanto palavra verdadeira é substituído pela proliferação de objetos desprezados residuais, a santidade da singularidade absoluta dos nomes por ícones tatuados na carne, a dignidade do verbo por criações imaginárias que literalizam qualquer metáfora, a sensualidade pela lascívia, o desejo pelo gozo desenfreado, a sensualidade pela obscenidade e a pornografia; enfim, sucumbem as fantasias, e o sujeito do inconsciente emerge objetivado, dado que se deixa cair da negatividade simbólica ao abismo material do real.

1. N. Revisão Técnica: “nadedad” no original. Neologismo do autor, querendo significar o “Nada” o “Vazio de Objetos”, o espaço das representações que caracteriza o inconsciente reprimido.





José E. Milmaniene

A “despoetização” do inconsciente

Gostaria, agora, de refletir sobre algumas estratégias clínicas que tendem a despoetizar a prática psicanalítica, privando-a, assim, de qualquer potência inerente ao levantamento das repressões, mercê de um trabalho interpretativo que, contendo um estilo discursivo próximo ao poético, recupera o “creacionismo significante” bloqueado e inibido pela enfermidade.

a. *Esquematização*: a inclusão do caso singular em uma categoria clínica, diagnóstico necessário por outro lado, pode derivar em uma “substancialização” do inconsciente, que se considera como uma entidade “já-dada-aí”, reservatório de objetos e pulsões aos quais se aplica um discurso baseado na tradução simultânea de sentidos, que desconhece que *o desejo é sua interpretação*. Entifica-se o inconsciente e obtura-se sua criatividade, que é sempre o produto inédito da circulação de metáforas que metaforizam outras metáforas, conseqüentemente à fecunda e necessária mediação pela escuta e/ou o dizer do Outro. O inconsciente emerge como o produto do encontro entre dois sujeitos em transferência recíproca, e o extravio positivista consiste em supô-lo como uma entidade autogestada autônoma e auto-suficiente. Para os que sustentam essa concepção do inconsciente, a cura não consiste em recuperar os significantes faltantes, ou em pôr em palavras o que foi silenciado ou forcluído do discurso do Outro em Um, mas sim em recuperar para a consciência tramas argumentais fundadas em fatos acontecidos efetivamente no passado traumático da infância, para além de toda resignificação. Trata-se, em tal caso, de recuperar os fatos “tal como aconteceram”, extravio conceitual que desloca a construção de um mito eficaz, mediante o qual se tenta estabelecer a “boa distância” simbólica entre o sujeito e seus objetos de desejo. Por isso a psicanálise tenta reinstalar a continuidade da cadeia discursiva em seus pontos de fratura mediante a formulação interpretativa na qual a poética do dizer recupera com vantagem estética a dignidade simbólica e o “brilho fálico” de um universo turvado pela obscenidade pulsional que não chegou a tramitar sublimatoriamente.

No entanto, a formalização abusiva do discurso psicanalítico pode derivar no que Roland Barthes chamou de *assemia* (2003) e que se caracteriza por ser um regime vazio de sentido: “*Seria como uma língua que só existe por sua sintaxe e não por seu léxico*”. E em relação ao repetido intento de formalizar com exatidão as ciências humanas, acrescenta: “*A formalização é um pouco uma moda. Do mesmo modo que não penso que o estruturalismo seja uma moda, penso que a formalização, a vontade de situar o discurso das ciências humanas sob a fiança do algoritmo, da fórmula matemática, é uma tentação geral que não é justa. É preciso que uma língua exista*





por seu léxico, isto é, por certa impureza, pela polissemia que todo léxico ou a introdução de um léxico numa sintaxe representam". Então, ainda que se faça necessária certa formalização da teoria psicanalítica para prevenir os riscos de uma excessiva proliferação do sentido, que pode nos submergir em um vórtice caotizante, devemos nos precaver em instalar uma vigilância que, sob a forma de uma rigorosa formalização obsessiva, se constitua em um meio que, ao lutar contra os "riscos da polissemia", derive em uma eventual limitação superegóica da criatividade. Em tal caso podem surgir os discursos tediosos, monótonos, repetitivos, dessexualizados, que pareceriam duplicar tautologicamente em termos teóricos o que o paciente relata anedoticamente. O óbvio torna-se, assim, um modo de despoetização, especialmente quando se trata da "tradução simultânea de sentidos", basicamente naquelas concepções da psicanálise que supõem que o sentido está sempre "já-dado-aí", mesmo antes de uma efetiva produção como efeito da intersecção do dizer do paciente em seu (des)encontro com o dizer do analista.

Recordemos, também, que o sentido a desvelar resulta da circulação dos significantes no interior de uma "estrutura descentrada" e que todo "estremecimento do sentido" umbilica em um sem-sentido mais radical, aspirado por um lugar vazio que negativiza toda significação, seja como *plus* ou como falta. O lugar excêntrico e vazio que é causa de toda concatenação significativa se chama castração e é aludido pelo significante isento de significado (Falo).

Talvez se trate, numa análise, seguindo Barthes, de transcrever a monossemia que embarga o paciente – enquanto agressividade e resistência à simbolização – para um registro polissêmico de linguagem, expressão de uma recuperada capacidade de falar e de fantasiar. Deve-se, pois, substituir o universo tautológico, onde vive o sujeito que padece, pelo prazer de habitar um mundo de linguagens desejanter abertas a uma ordem de interpretação e legibilidade.

b. Pragmatismo. Essa atitude psicanalítica reduz a prática a um conjunto de intervenções táticas e estratégicas limitadas a recortar cenas descontextualizadas, sem capacidade de incluí-las em uma política "fragmentariamente totalizadora", perdendo-se, assim, a possibilidade de referir-se a um projeto subjetivo transcendental, desejado nas fantasias fundamentais, das quais toda existência é expressão. As manobras terapêuticas tendem a resolver as cenas nada mais que em si mesmas, sem qualquer orientação que as inclua na política geral do gozo do paciente. Desse modo, as manobras táticas e/ou estratégicas podem resultar vitoriosas, mas se carece de uma concepção global que determine qual é o desejo do sujeito, bem como suas fantasias fundamentais para além das contingências anedóticas do viver. A resolução de conflitos concretos, se não os trabalhamos também como metáforas do real traumático,





impossibilita a criação de uma construção narrativa que inclua numa seqüência libidinal-histórica os eventos do viver. Devemos elevar as ações e acontecimentos à dignidade de cenas que recuperem algum valor metafórico e interpretá-los em consequência, para que esses não se estanquem no imaginário como meras repetições de fatos que se devem reparar ou retificar em sua realidade. Se a atitude do terapeuta não permite simbolizar o real subjacente, de nada serve tornar evidente o latente de uma conduta e tentar modificá-la. Os acontecimentos não devem literalizar-se para retificar a conduta desviada, mas sim devem servir para extrair um ensinamento dos gozos repetitivos que se enlaçam em uma rede complexa, que se deve traduzir para que o analisando possa falar sobre aqueles fatos ou situações nas quais se alienou. O sujeito luta para falar e escrever, dado que poder discorrer sobre o vivido distancia do imediatismo existencial e instala o sujeito no sistema simbólico, tal como o evidencia a necessidade de sustentar algum tipo de diálogo com o Outro, seja sob a forma de conversações mundanas de café – tertúlias, charlas –, seja o que se configura na escritura de diários pessoais, cartas, poesia e, por último, nos privilegiados diálogos analíticos.

c. Messianismo. Uma forma freqüente de esvaziar a análise de seu conteúdo poético consiste em postergar a revelação de uma verdade mediante uma promessa de características messiânicas, que perpetua as expectativas quanto a um dizer futuro, a favor do qual se formulam escassas interpretações ou construções concretas no presente, o que se constitui como um tempo preliminar de um acontecer permanentemente diferido. A brecha entre o material manifesto e o latente resulta, assim, intransponível e a interpretação mais justa não poderá formular-se nunca, dado que se supõe insaldável a dívida com o saber. Imagina-se, então, que todas as encarnações positivas da verdade adoecem de uma incompletude radical e a poética do dizer é substituída por sinalizações e intervenções que aparecem como meramente instrumentais, destinadas a preanunciar a palavra redentora que será pronunciada alguma vez, quem sabe.

d. Dogmatismo. A repetição ecológica dos ditos dos mestres, arremedando-se seu estilo, seja através de seu modo de escrever, seja através da reiteração de frases feitas ou slogans cristalizados, coíbe toda criatividade, – além do que não produz nenhum ganho no saber –, exceto a proporcionada pela simples variação estilística, dado que dizer de outro modo já supõe dizer algo diferente. Ademais, para fundar uma palavra poética, se requer o parricídio simbólico, cujo produto se torna escritura original enquanto expressão de um estilo próprio. A submissão idealizante ao Pai deriva em grosseiras mimeses ou em cópias ruins que “especularizam” o autor, com





o que terminam por condená-lo à mera repetição, redundando num dispositivo de leitura totalmente empobrecedor que desnatura a intenção “inventiva” do criador.

Mas, então, onde situarmos nosso dizer? Devemos sortear o risco do esquematismo, do dogmatismo, do messianismo e do pragmatismo, tentando criar um espaço em que circule uma palavra que ligue *a beleza do dizer à verdade de uma teoria conjectural*. A beleza estilística sem teoria que a sustente resulta numa arte sem eficácia clínica, e a teoria sem cuidado formal transforma-se num dispositivo que desmente a essência do objetivo terapêutico, que consiste em aprender a falar. Mas o falar que resulta do trânsito pela psicanálise deve levar consigo o núcleo poético intrínseco a uma prática que se cria *na e através da linguagem*. A “redenção laica” que a psicanálise postula consiste no resplendor de uma fugaz revelação que permite espreitar a Verdade do encontro traumático com o gozo abismal do Outro. A revelação de uma verdade alcança, na psicanálise, o sentido do poético, dado que fala à beira mesma do Real, gerando-se o fulgor de uma revelação que eleva o objeto contingente ao sublime da Coisa. Quando os fatos adquirem a dignidade do acontecimento graças a sua historicização formulada com “as boas palavras”, um efeito duradouro de sentido se produziu: o sujeito torna-se liberado das palavras vazias para ascender à hierarquia dos nomes. □

Abstract

The author analyzes Lacan’s definition of the unconscious structured as a language in order to clarify the differences between this definition and other concepts that consider the unconscious a reservoir of phantasies and already-there-given objects. The central ideas of this article are about the difference between the repressed unconscious and the foreclosed unconscious. The author carefully considers the manifestations of the foreclosed unconscious, which are currently expressed in the so-called pathologies of *jouissance*. In addition, he provides different aspects of the sociocultural genesis of repression and foreclosing, as well as the postmodern relapse in pleasure policies that include the structural defection of the symbolic figure of the Dead Father. He asserts that the deficient paternal function gives origin to a subjective constitution, in which the return of the non-symbolic to the Real predominate due to the absence of the significant of the Name of the Father. Accordingly, the author tries to articulate the linguistic conception of the unconscious with the Freudian concept of trauma as a residual foreclosed nucleus that cannot be reduced to the metaphorical process. Finally, the author describes the frequent clinical attitudes that are prone to





José E. Milmaniene

take away poetics and turn psychoanalysis to-substance, by transforming psychoanalytical hermeneutics, from a significance to be created in the encounter of two subjects in reciprocal transference, into a practice of simultaneous translation of preexisting senses.

Resumen

El autor desarrolla la definición de Lacan acerca del inconsciente estructurado como un lenguaje, para precisar así las diferencias con otros marcos conceptuales, que lo consideran como un reservorio de fantasías o de objetos ya-dados-ahí. Las ideas centrales del trabajo giran en torno a la diferencia entre el inconsciente reprimido y el inconsciente forcluido. El autor se detiene en las manifestaciones de éste último, las que se expresan actualmente en las llamadas patologías del goce. Realiza además distintas consideraciones sobre la génesis sociocultural de la represión y la forclusión, así como sobre la recaída posmoderna en políticas del goce, que dan cuenta de la defeción estructural de la figura simbólica del Padre Muerto. Postula que la deficitaria función paterna genera una constitución subjetiva en la que predominan los retornos en lo Real de lo no simbolizado dada la ausencia del significante del Nombre del Padre. Asimismo se intenta articular la concepción lingüística del inconsciente con la concepción freudiana del trauma, en tanto núcleo forclusivo residual irreductible a la metaforización. Finalmente se describen frecuentes actitudes clínicas que tienden a despoetizar y sustancializar el psicoanálisis, transformando la hermenéutica psicoanalítica de un sentido a construir en el encuentro de dos sujetos en transferencia recíproca, en una práctica de traducción simultánea de sentidos pre-existentes.

Referências

- FREUD, S. (1939). Moisés y la religión monoteísta. In: *Obras completas*. v.23. Buenos Aires: Amorrortu, 1988, p.108-112.
- BARTHES, R. (2003). *Variaciones sobre la escritura*. Buenos Aires: Paidós, 2003, p.51.
- LACAN, J. (1975). *El seminario de Jacques Lacan, Libro 20*. Barcelona: Paidós, 1981.
- MALEVAL, J.C. (2002). *La forclusión del nombre del padre*. Buenos Aires: Paidós, 2002.
- MILMANIENE, J. (1995). *El goce y la ley*. Buenos Aires: Paidós, 1995.
- . (2001). Jacques Lacan: el sublime objeto del psicoanálisis. *Revista de Psicoanálisis*, v.58, n.4, p.831-849.





ZIZEK, S. (2002). *Quién dijo totalitarismo?* Valencia: Pre-textos, 2002, p.73-74
_____. (2003). *Las metastasis del goce*. Buenos Aires: Paidós, 2003, p.263.

Recebido em 09/08/2003

Aceito em 13/08/2003

Tradução de **Clotilde Pereira de Souza Favalli**

Revisão Técnica de **Paulo Oscar Teitelbaum**

José E. Milmaniene

Amenábar 995 3*B

1426 – Buenos Aires – Argentina

E-mail: josemilman@arnet.com.ar

© Revista de Psicanálise – SPPA

